

“A PESTE TINHA NIVELADO A TODOS”: PENSAMENTO RACIAL E REPRESENTAÇÕES SOBRE O CÓLERA NA OBRA VIOLAÇÃO, DE RODOLFO TEÓFILO (1899)

“THE PLAGUE HAS BEEN TO EVEN EVERYONE OUT”: RACIAL THOUGHT AND REPRESENTATIONS ABOUT CHOLERA AT WORK VIOLATION, BY RODOLFO TEÓFILO (1899)

Jucieldo Ferreira Alexandre¹

RESUMO

O artigo analisa a novela “Violação”, do farmacêutico e literato cearense Rodolfo Teófilo, publicada no ano de 1899. A obra é uma rica fonte para a compreensão das representações científicas em torno do cólera, doença que produziu violentas epidemias por todo o Brasil do século XIX, bem como para a apreensão de teorias racistas em voga nas instituições acadêmicas do período, tal como a Faculdade de Medicina da Bahia, onde Teófilo teve sua formação.

PALAVRAS-CHAVE: Rodolfo Teófilo. Cólera. Pensamento Racial no oitocentos.

ABSTRACT

The article analyzes the novel "Violação" (Violation), by Rodolfo Teófilo, published in 1899. The novel is a rich source for understanding the scientific representations about the cholera, a disease that has produced violent outbreaks throughout the nineteenth-century Brazil, as well as the seizure of racist theories in vogue in academic institutions of the period, such as the Faculty of Medicine of Bahia, where Teófilo had their training.

KEYWORDS: Rodolfo Teófilo. Cholera. Racial Thought in the nineteenth-century.

¹ Professor Assistente I do Bacharelado em História da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Pós-Graduando pelo Doutorado Interinstitucional em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) com a Universidade Regional do Cariri (URCA). Mestre em História e Cultura Histórica pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: <jucieldo.alexandre@ufca.edu.br>.

1 - Introdução: o cólera chega ao Ceará e marca um futuro cientista e literato

Há pouco mais de cento e cinquenta anos, em 1862, a província do Ceará recebeu um visitante nada desejável, dizimador de milhões de pessoas no mundo tudo durante o século XIX: o cólera-morbo. Enfermidade infectocontagiosa, a transmissão do também conhecido como cólera asiático se dá pelo consumo de água ou alimentos contaminados pela bactéria *Vibrio cholerae*. Ao se instalar no intestino humano, o vibrião causa – após um período típico de incubação de um a quatro dias – náuseas, cólicas abdominais, vômitos e violenta diarreia, o que ocasiona uma intensa perda de sais minerais e água. A desidratação faz com que a pele perca a elasticidade, surgem olheiras profundas e as mãos ficam enrugadas; na sequência, ocorre a algidez (resfriamento do corpo), queda da pressão arterial, supressão da secreção urinária e colapso circulatório (BIER, 1994).

A reposição imediata dos sais e líquidos perdidos pela diarreia é a forma ideal de tratamento dos doentes. Todavia, é interessante destacar que a descoberta do agente causador da moléstia se deu no ano de 1883, quando o médico alemão Robert Koch (1843-1910) conseguiu isolar e cultivar o *Vibrio cholerae*. Significa dizer, portanto, que o cólera (causa, transmissão e tratamento) era pouco conhecido pela medicina em meados do século XIX, quando ocorreu o referido surto epidêmico no Ceará.

Segundo a historiografia dedicada ao assunto, o cólera é originário da Ásia, mais precisamente da Índia, na região do baixo-Bengala, delta do rio Ganges, onde permaneceu de forma endêmica, ou seja, para os asiáticos “a ceifa de vidas produzida pelo flagelo seria quase constante e não esporádica como o foi em outros lugares do globo” (WITTER, 2007, p. 36). No século XVIII, a moléstia se difundiu com virulência nova por países próximos à Índia, atingindo, já no século XIX, a Europa, a América e a Oceania. Assim, célere, cruzou os oceanos, tornando-se uma pandemia global, gerando tensão, medo e morte por onde passou, sendo responsável por cerca de quarenta milhões de mortes durante o século XIX.

Segundo Nikelen Witter, o “imaginário de terror em torno do “mal de Ganges”, como era chamado [o cólera], se construiu sobre o fato de que este matava não somente metade daqueles que contaminava, como também os matava em poucas horas e de maneira degradante” (2007, p. 37). Susan Sontag oferece considerações parecidas. Para ela, o temor socialmente construído em torno de uma doença não corresponde somente ao caráter fatal da mesma: as moléstias mais temidas atingem fortemente a aparência física das pessoas, transformando o corpo em algo repulsivo. Quanto maior for seu caráter “desumanizador”, maior será a chance de ser representada como “peste”, metáfora para a visão mais pessimista

de uma epidemia. O cólera foi uma das doenças elevadas a tal categoria metafórica:

[...] embora matasse menos pessoas do que a varíola, na Europa ocidental do século XIX, era mais temida, porque surgia subitamente e seus sintomas eram degradantes: diarreia e vômitos incontroláveis, provocando o espetáculo horrível da decomposição do corpo. Em algumas horas, a desidratação radical encolhia o paciente e o transformava numa caricatura enrugada de si próprio; a pele ficava azulada (até hoje, em francês, um medo paralisante é *une peur bleue*); o corpo esfriava; a morte ocorria no mesmo dia ou pouco depois (SONTAG, 2007, p. 108).

Em maio de 1855, a peste, amedrontadora do mundo, aportou no Brasil, tendo como foco inicial de contaminação Belém, no Pará, pela ancoragem de uma embarcação ironicamente batizada como *Defensor*, conduzindo três centenas de colonos portugueses vindos da cidade do Porto e de outras localidades lusas, para serem engajados na Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (BELTRÃO, 2000).

A partir do Pará, a doença se difundiu rapidamente por diversas províncias – Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, etc. –, matando cerca de duzentos mil brasileiros entre os anos de 1855 e 1856, dos quais aproximadamente cento e trinta mil habitavam localidades da região hoje tida por Nordeste (DINIZ, 1997, p. 95).

Depois desses surtos iniciais, a doença permaneceu sua errância pelo território brasileiro. Manifestações bem mais amenas, em comparação com 1855/56, ocorreram nos anos seguintes nas províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte, entre outras. No ano de 1862, novos surtos ocorreram pelo Brasil.

Foi justamente nessa ocasião que o cólera atingiu o Ceará, até então incólume aos surtos da moléstia, apesar dela grassar fortemente na maioria das províncias do Norte. Por aproximadamente oito anos, desde quando aportou no país, os cearenses esperaram essa chegada, amedrontados pelos relatos dramáticos dos feitos da moléstia pelo território imperial, como podemos visualizar nas palavras de Francisco Xavier Paes Barreto, presidente do Ceará:

[...] a epidemia da cholera-morbus que primeiramente manifestou-se no Pará, e que passando-se para o Sul tantos horrores e calamidades tem produzido, achando-se já em Pernambuco, Parahyba, e Rio Grande do Norte que confinão com o Ceará em diversos pontos tem espalhado pelos habitantes desta província fundados receios de que tenham também de sofrer as devastações daquelle flagello. De todas as partes chegão-me constantemente pedidos de socorros para o cazo do apparecimento da epidemia (BARRETO, 1856, pp. 20-21).²

² Optei por conservar a transcrição da grafia original em todas as fontes de época citadas no artigo.

O foco primeiro de infecção na Província do Ceará foi a cidade do Icó, importante ponto comercial do interior cearense, com relações socioeconômicas fortemente estabelecidas com os sertões do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Segundo o médico e historiador Barão de Studart, a moléstia foi introduzida na localidade por “um forasteiro, chegado do Rio do Peixe [na Paraíba]”, de nome José Leandro Tavares, a primeira vítima fatal oficial, no dia 5 de abril de 1862 (STUDART, 1997, p. 54).

De início, houve relutância em se admitir a efetiva presença da doença na província, posto haver dúvidas sobre seu diagnóstico. Segundo um documento oficial de 1863, essa desconfiança era nutrida não só por “homens alheios” à medicina, como pelos “próprios profissionais [médicos] que disputavam sobre a natureza da moléstia”. A crença numa suposta “benignidade do clima” provincial era um dos elementos essenciais para a compreensão dessa incredulidade médica:

Essa especie de incredulidade até certo ponto podia ser explicado por quem confiasse na benignidade do clima e ao facto de ter ficado isempta esta Província em 1855 e 1856, quando o cholera lavrou com a maior intensidade em outras do norte, e uma d'ellas bem visinha: alem de que costumam desenvolver-se periodicamente em cada ano certas enfermidades com symptomas que de alguma sorte assemelham-se aos do cholera (FIGUEIREDO JÚNIOR, 1863, p. 21).

Nessas inquietações em torno da confirmação da moléstia no Ceará, podia haver algo mais denso que conjecturas médicas ou estratégia de dissimulação política. Como demonstra Jean Delumeau, quando “aparece o perigo do contágio, de início procura-se não vê-lo”, não só pelos desdobramentos políticos e sociais decorrentes da anúncio oficial da *peste*, mas também, por razões mais “profundas e menos conscientes”. Em outras palavras: “o medo legítimo da peste levava a retardar pelo maior tempo possível o momento em que seria encarada de frente. Médicos e autoridades procuravam então enganar a si mesmos. Tranquilizando as populações, tranquilizavam-se por sua vez” (DELUMEAU, 1989, p 118).

Malgrado as inquietações sobre o diagnóstico da doença, o cólera tinha efetivamente se manifestado no Icó no início de abril de 1862. Seu efeito foi devastador nesse lugar. Houve dias em que a média de mortos chegou ao número de quarenta. Pelas estatísticas divulgadas, aproximadamente mil e quatrocentos icoenses faleceram no ano 1862, quando a população residente na cidade era estimada em quatro mil pessoas (STUDART, 1997, p. 54).

Nessa conjuntura, o governo provincial lançou mão de uma série de medidas com escopo de barrar a expansão e minorar os efeitos da peste pela província, tais como a nomeação de comissões de socorro, envio de médicos, remédios e autorização para criação de

enfermarias nas principais cidades, vilas e povoados, “onde sejam tratados os indigentes, que assim acharão um abrigo contra a intempérie do tempo a que ficariam expostas em suas habitações insalubres” (MACHADO, 1862, p. 4).

Todavia, tais medidas não conseguiram alcançar o intento de barrar o cólera. Logo após irromper no Icó, a enfermidade se propagou por outros pontos da província, na opinião de Studart, “verificando-se sempre sua transmissão pelos boiadeiros ou por fugitivos de logares accommettidos” (1997, p. 54). Foram localidades cearenses vitimas pela epidemia naquele ano: Aquiraz, Aracati, Barbalha, Baturité, Cascavel, Crato, Fortaleza, Jardim, Maranguape, Milagres, Missão Velha, Morada Nova, Quixeramobim, Russas, Saboeiro, Várzea Alegre, entre outras. Segundo dados da época, cerca de onze mil cearenses morreram por conta do cólera na ocasião.

A vila de Maranguape, no norte da província, próxima de Fortaleza, foi o lugar que mais sofreu com o surto. Guilherme de Studart calculou em aproximadamente cinco mil pessoas acometidas na localidade, das quais cerca de mil novecentos e sessenta pereceram. A moléstia teria chegado à vila no princípio de junho, atingindo seu pico em 6 de julho - quando sessenta e quatro pessoas morreram - e começando a declinar a partir do dia 19 do mesmo mês. Não obstante, o cólera teria recrudescido quando a população já se sentia livre do flagelo:

Deu azo a isso a abertura da casa, situada no centro da villa, que tinha servido para hospital dos cholericos e que havia dois mezes estava fechada; tinha-se de fazer nella alguns reparos e estava sendo excavado o solo; as pessoas a quem se encarregara o serviço foram logo atacadas, o official de justiça Manoel Martins, que abriu as portas, esse no dia seguinte estava enterrado (STUDART, 1997, p. 55).

A mortandade foi tão intensa na Vila de Maranguape, ao ponto do serviço de enterramento ser feito por presidiários a quem se havia prometido o indulto das penas que estavam cumprindo. A prática de colocar presidiários no trabalho de sepultamento de corpos em época de epidemia era algo comum. Ao estudar a gripe espanhola no Rio de Janeiro de 1918, Ricardo Augusto dos Santos afirma que diante do quadro tenebroso dos cadáveres abandonados pelas ruas e não “havendo pessoal suficiente para recolher e enterrar os mortos, foram utilizados os presidiários” (SANTOS, 2004, p. 136).

As cenas trágicas do cólera em Maranguape marcaram profundamente um menino que lá habitava. Seu nome: Rodolfo Marcos Teófilo (1853-1932). Em suas palavras: “Eu era bem criança; tinha apenas nove anos, mas conservo estereotipado em mim tudo o que vi naquela medonha peste” (TEÓFILO, 1979, p. 236). Excetuando Rodolfo, todos da sua casa tinham ficado doentes na ocasião. Segundo a narrativa que construiu sobre o assunto, coube à

única pessoa sã da casa o trabalho de cuidar dos familiares encamados e ainda a dura tarefa de levar o corpo de Maria, sua irmã, nascida e morta em meio ao surto, até o cemitério da cidade.

A experiência vivenciada por Rodolfo Teófilo diante da epidemia o impressionou bastante, ao ponto de transformá-la em narrativa memorialístico-literária algumas décadas depois, em texto carregado de preceitos médicos e teses raciais próprias da segunda metade do século XIX. Tratarei a seguir da visão de Rodolfo Teófilo sobre o cólera nessa obra, para na sequência abordar as representações de cunho racial visíveis na mesma.

2 - O cólera na novela *Violação* (1899)

Filho do médico Marcos José Teófilo, Rodolfo Teófilo conviveu com a doença e a morte desde cedo. Sua mãe, Antônia Josefina Sarmiento, morreu quando o menino tinha apenas quatro anos de idade. Aos onze anos, foi a vez do pai falecer por beribéri (NETO, 2001). Os dramas pessoais vivenciados pelo jovem Teófilo frente à doença e morte foram decisivos para a definição de sua atuação profissional. Em 1875 formou-se em farmácia pela Faculdade de Medicina de Salvador, iniciando uma carreira marcada pela forte atuação higienista no combate às endemias e epidemias que grassavam Fortaleza, especialmente em épocas de seca. O trabalho no desenvolvimento, com recursos próprios, de uma linfa eficiente no combate da varíola e a vacinação gratuita aplicada à população, teria conseguido amenizar consideravelmente os efeitos de tal enfermidade nas ruas da capital cearense nos primeiros anos do século XX (TEÓFILO, 1997).

A carreira do higienista caminhou mesclada a de escritor, com mais de vinte títulos publicados, entre livros de memória, história, romances, contos, etc. Para Otacílio Colares, a produção literária de Rodolfo Teófilo pode ser localizada entre “o Romantismo decadente e o Realismo-Naturalismo em euforia no Brasil” (1979, p. xii), além de já apontar traços da literatura regionalista do início do século XX. Ainda segundo Colares, pelo breve, porém marcante, contato com seu pai – médico, um “homem da ciência” –, pela formação acadêmica e por sua dedicação às pesquisas de laboratório, o autor desenvolveu um “apego quase instintivo à Ciência, [...], daí, neste ou naquele passo de uma e outra de suas obras de ficção, um certo vezo a cientificismo, a que aliás, não esteve infenso nenhum dos que, seus contemporâneos, viveram, no Brasil o fastígio do Naturalismo” (COLARES, 1979, p. x).

A partir de 1870, as instituições científicas e educacionais brasileiras – entre as quais estava a Faculdade de Medicina da Bahia, onde se deu a formação acadêmica de Rodolfo Teófilo – eram espaços privilegiados para difusão de teorias científicas advindas da Europa, como o darwinismo-social, determinismo climático, frenologia, entre outras.

Tais ideias científicas eram apropriadas de forma original pelos intelectuais brasileiros e divulgadas em revistas acadêmicas ou em obras literárias, especialmente nas de inspiração Naturalista:

Com efeito, a moda científicista entra no país por meio da literatura e não da ciência mais diretamente. As personagens serão condicionadas pelas máximas deterministas, os enredos terão seu conteúdo determinado pelos princípios de Darwin e Spencer, ou pelas conclusões pessimistas das teorias científicas raciais da época. [...] modelos e teorias ganhavam larga divulgação por meio dos heróis e enredos dessa literatura, que pareciam guardar mais respeito às máximas científicas evolutivas do que à imaginação do autor (SCHWARCZ, 1993, p. 32).

Tais considerações ajudam a compreender o motivo da obra de Teófilo estar marcada por uma crença inabalável na “animalidade humana” e no caráter tido como “civilizador da ciência”, daí porque todas as práticas socioculturais não coadunadas com os preceitos ditos científicos eram desabonadas pelo autor, representadas como símbolos de “barbárie”.

Podemos perceber isso em sua novela *Violação*, publicada, originalmente, no ano de 1899. A obra toma o surto epidêmico de 1862 como mote para construção do enredo, vivenciado por Teófilo em Maranguape. O tema epidemia serviu de inspiração para outros literatos, em diferentes lugares e temporalidades, como Giovanni Boccaccio (1971), Daniel Defoe (2002), Albert Camus (2007), Thomas Mann (2010), entre outros. A escolha de tal tema pela literatura está ligada ao caráter extraordinário e arrebatador típico das epidemias. Segundo Ariosvaldo Diniz, em sua ambivalência, visto ser, ao mesmo tempo, uma manifestação coletiva - “enquanto evento que atinge grupos de indivíduos, alterando o seu modo de vida” - e singular - “na medida em que é uma ocorrência única na unidade de tempo e espaço em que se manifesta”, um surto epidêmico aponta para uma ruptura no cotidiano de determinada sociedade, trazendo à tona uma multiplicidade de formas de representar uma ameaça coletiva de morte:

Em todas as situações em que ocorrem epidemias os homens elaboram representações, conhecimentos, saberes e práticas, com o fim de debelar o mal. Na vivência trágica das epidemias, que marcaram a história da humanidade com tudo quanto há de terrível, misterioso, aniquilante e fatal, encontramos, assim, as origens das projeções imaginárias sobre as doenças (DINIZ, 1999, p. 180).

Esse caráter tenso e complexo das epidemias serve de inspiração para os literatos. No caso de Rodolfo Teófilo, a obra *Violação* é uma mescla de elementos ficcionais e memorialísticos: o pano de fundo contextual da narrativa é dado pelas lembranças do autor

sobre 1862, quando, aos nove anos de idade, testemunhou a epidemia do cólera na vila do Maranguape, onde morava com sua família.

Já o lado ficcional da novela, tem como eixo um caso de necrofilia, em que o corpo de uma jovem colérica de quinze anos é violado por dois ex-presidiários – representados de forma pejorativa como “mestiços” e “ébrios” –, enviados de Fortaleza para trabalhar no transporte e sepultamento dos vitimados pela epidemia. Após o ato, os necrófilos são punidos por uma morte fulminante: contaminados, caem nus aos pés da moça profanada.

Teófilo, ao mesmo tempo, autor e personagem da obra – narrando-a, na maior parte, em primeira pessoa –, capricha na tinta a fim de colocar o leitor na dúvida sobre onde termina suas lembranças e onde começa a ficção. Para isso, narra o caso da violação como se tivesse sido lhe contado vinte anos depois da epidemia, pelo noivo da jovem violada. Ele teria assistido o ato de necrofilia, sem poder nada fazer em defesa da amada falecida, visto estar paralisado por efeito do cólera.

Eivada de cientificismo e ao mesmo tempo de elementos fantásticos, *Violação* traz relevantes informações sobre o pensamento médico a respeito do cólera no Ceará na segunda metade do século XIX, bem como sobre a apropriação das teorias racistas discutidas naquela época.

Mesmo tendo sido escrita trinta anos após o surto de 1862 e em um período posterior a 1883, quando o médico Robert Koch revelou o agente causador da moléstia (*Vibrio cholerae*) e comprovou sua transmissão pela água e alimentos contaminados, a novela conserva uma leitura da epidemia a partir da crença na “infecção por miasmas”.

Em meados do século XIX, as medidas sanitárias no trato do cólera adotadas no período, ordinariamente, se relacionavam com duas teorias seculares que procuravam explicar a propagação das doenças: o infeccionismo e contagianismo. Para um melhor entendimento dessas teorias naquele contexto, é interessante recorrer ao Dicionário de medicina popular, de autoria do médico polonês, Pedro Luiz Napoleão Chernoviz. Para o dicionarista, a infecção seria “exercida na economia [do organismo] por miasmas morbíficos”, devido à ação que “substancias animaes e vegetaes em putrefação exercem no ar ambiente”. Já o contágio era entendido como “a propriedade que tem certas molestias de se communicar de um a outro individuo pelo contacto, ou por intermédio do ar” (CHERNOVIZ, 1890, p. 676).

De acordo com Dina Czeresnia, até o século XVI, não havia conflito entre as noções de contágio e miasma. Pelo contrário, ambas estavam embasadas na longa tradição hipocrática dos humores, no entendimento das enfermidades como decorrência de possessões e magias, bem como de fenômenos astrológicos e divinos. Uma maior controvérsia entre as

duas formas de explicação só teria emergido entre os séculos XVII e XIX – com o aumento da urbanização na Europa –, sendo causada por divergências a respeito das medidas sanitárias e profiláticas no trato das epidemias. Nesse sentido, via de regra, os contagionistas se posicionavam em prol da institucionalização da quarentena, significando um severo cerceamento e vigilância sobre os doentes. Já os adeptos da teoria dos miasmas, ao relacionarem a origem das epidemias à constituição atmosférica, acentuavam ações direcionadas ao controle e limpeza ambiental (CZERESNIA, 1997, p. 84).

Um debate profícuo na historiografia sobre tais paradigmas levanta hipóteses interessantes sobre os sentidos políticos adquiridos pelos mesmos no século XIX: a teoria do contágio estaria mais próxima a um modelo absolutista, senhorial ou patriarcal, daí o porquê das autoritárias medidas de sequestro e quarentena defendidas pelos adeptos da mesma. Por outro lado, os infeccionistas, tenderiam para o modelo liberal, combatendo qualquer medida limitadora da circulação de pessoas e mercadorias. Para este grupo, era necessário higienizar o ambiente, em vez de instituir quarentenas. Deste modo, as teses infeccionistas convinham “às nações e comunidades comerciais, para as quais qualquer atraso no livre trânsito de mercadorias causava muitos prejuízos” (ROSEN, 1994, p. 205).

Entretanto, Sidney Chalhoub, discorrendo sobre essa questão, expõe como o paradigma da infecção, ao colocar os miasmas em primeiro plano, justificava um maior combate às práticas populares, mediante o discurso higienista. Ou seja, os infeccionistas também agiam de forma autoritária na execução de seus projetos sanitários. Malgrado tal discussão sobre os sentidos políticos da infecção e contágio, Chalhoub mostra as duas teorias se combinando com frequência, de formas imprevista e original (1996, p. 169).

Apesar de termos como “germe” e “micróbio” aparecerem ao longo do texto da novela *Violação*, é o vento que surge como o “veículo do cólera”. Desta forma, contagionismo e infeccionismo se misturam na forma como Teófilo representa a transmissão do cólera: “todo o ambiente estava viciado; em cada molécula do ar havia um átomo da peste” (TEÓFILO, 1979, p. 237). Em outro trecho, afirma:

Era a primeira vez que o mortífero filho de Ganges nos visitava; que a legião desses infinitamente pequenos deixava a sua terra, para vir empestar a nossa tenda.

O pânico era geral; numa mortificante tensão de espírito, como a do condenado que espera no oratório que venham buscá-lo para o patíbulo, aguardávamos a visita da peste.

A posição topográfica da localidade, longe de nos dar uma certa imunidade, pelo contrário, favorecia a procriação dos micróbios do mal, pois que a vila estava edificada num estreito vale, cercada de montanhas. O vento que é o veículo do cólera, o deixava ali, e o bacilo da peste se desenvolveria e mataria à vontade” (TEÓFILO, 1979, pp. 236-237).

Para o farmacêutico cearense, o grau de letalidade do ar era tanto, ao ponto de não haver aves no céu de Maranguape. Mesmo os urubus haviam fugido da vila, mantendo-se longe, no alto da serra que circula a cidade, “deixando o abundante repasto do cemitério entregue somente à fome da larva”, visto que muitas aves foram “fulminadas quando fendiam em sereno vôo” (1979, p. 242).

Essa crença nos miasmas justificava a atitude do padre da localidade. Segundo Teófilo, o sacerdote de “dia confessava os moribundos e enterrava os mortos e à noite fazia preces e acendia fogos [provavelmente com enxofre] nas ruas para desinfetar a atmosfera”. Aliás, as atitudes do padre Galindo Firmo da Silveira Cavalcante – instalado em Maranguape durante o surto de 1862, a pedido do bispado e do governo provincial do Ceará – ocupam certo destaque nas páginas de *Violação*, servindo de mote para o embate religião *versus* ciência.

Segundo o narrador, ao chegar à vila o padre, crendo “na misericórdia de Deus e em sua influência sobre o destino humano”, tratou de convidar os fiéis às preces, por meio do sino. Em resposta, das casas saía “piedosa romaria”, em direção ao templo. Eis as considerações sobre essa prática:

[...] o padre, cheio de abnegação e caridade, porém sem a mínima noção de higiene pública em tempo de epidemia, reunia ali a população para ouvir a palavra de deus e assim aplacar a cólera do céu. Benfazejo era o seu intento, e ele, com a alma ungida do amor do próximo, não tinha consciência do mal que fazia àqueles infelizes, aglomerando-os em não saneado recinto e ainda mais abatendo-lhes o ânimo com aquelas cenas deprimentes (TEÓFILO, 1979, p. 243).

Por trás dessas palavras subtemos uma condenação às práticas e respostas de cunho religiosos não condizentes com a “racionalidade científica” professada por Teófilo. O sacerdote, apesar de aparentemente bem intencionado, parece “pecar” duas vezes: uma por explicar a doença por meio da “ação divina” e não por meio da “ciência”; outra, por expor a população a um ambiente de “ar viciado”, além de debilitar seus “nervos”, pois, segundo a mentalidade científica da época, deixava as pessoas mais propensas a adoecer.

Claramente, na opinião do autor, o cólera não seria barrado por orações: “Rezavam em vez de estabelecerem rigorosos cordões sanitários”. Nem mesmo as piedosas ladainhas passaram incólumes às críticas do farmacêutico:

Os exercícios religiosos constavam de prédicas e de orações cantadas. Por infelicidade minha, nossa casa ficava na praça onde estava edificada a igreja e para que aquelas práticas mais perniciosas fossem, começavam à hora das trindades [como no meio dia], tempo propício ao contágio, hora deprimente, mesmo para os que são felizes, quando mais para os desgraçados.

Depois do sermão, que constava sempre da enumeração das penas eternas, com um exagero dantesco, vinha o Ofício de Nossa Senhora, cantado pro centenas de vozes de todas as alturas e timbres, com os falsetes do medo, e terminando-se pela – Senhor Deus misericórdia – súplica feita num ritmo pavoroso, por si só mais aterradora do que a mais tenebrosa idéia dos castigos do inferno! (TEÓFILO, 1979, pp. 243-244).

No geral, o olhar de Teófilo sobre as personagens da novela – representado, em sua concepção, os maranguapenses que vivenciaram a epidemia de 1862 – assume um caráter acusatório e preconceituoso. Excetuando os membros de sua família, que aparecem na história, a jovem violada e o seu noivo – nitidamente idealizados romanticamente como heróis de pele branca e comportamento moral exemplar –, as outras personagens são adjetivadas como exageradas, ignorantes, fanáticas, obstinadas, estúpidas, medrosas, etc.

Adepto dos preceitos darwinistas e deterministas o autor faz das ações das suas personagens um “reflexo do meio”. Neste sentido, a epidemia do cólera surge como um elemento embotador da racionalidade e dos bons sentimentos, reduzindo os homens aos *instintos animalescos*, como pode-se notar na longa, mas relevante, citação abaixo:

O cólera chegou, mas sem pródromos, sem casos isolados, atacando centenas de pessoas. A confusão foi então horrível, e o pânico tudo avassalou. A população inteira desvairou-se, como um bando de aves bravas que fosse alcançado à noite no quieto pouso pela ofuscação do facho de astuto caçador

A vila contava cinco mil almas, e entre tanta gente não havia um espírito que não tivesse sucumbido. As qualidades afetivas mesmo, se não haviam perecido neles, pelo menos o terror do contágio as tinha anestesiado.

Os enfermos foram abandonados, não só na choupana do desvalido, como na casa do abastado. Ao primeiro brado de alarma todos fugiram espavoridos.

[...]

A peste tinha nivelado todos e embotado a sensibilidade até no coração amorável das mães! (TEÓFILO, 1979, p. 237).

3 - Pensamento racial e epidemia

Se a maioria das personagens da novela recebe uma qualificação pejorativa e depreciativa, os dois presidiários responsáveis pelo enterro dos mortos, os protagonistas da necrofilia – portanto, os vilões da narrativa –, são pior adjetivados. São classificados como “monstros”, “hediondos”, “ébrios”, “mestiços de feia catadura”, “celerados” que disputam em um jogo de baralho quem seria o primeiro a deflorar a jovem colérica, a heroína romântica da novela, que contraíra o cólera por cuidar no noivo adoentado como enfermeira devotada.

Descrevendo a aparência física de um dos carregadores Teófilo afirma: a “figura de um deles, um cabra de bigodes retorcidos e cabelos crespos caídos na testa, me causou tão má impressão que ainda hoje conservo na memória as feições de sua carantonha”. Em um período no qual as teorias raciais estavam em alta, especialmente a partir de 1880 com o desenvolvimento da Eugenia – ciência que se dizia dedicada ao *aprimoramento genético* da humanidade –, os cientistas brasileiros debatiam sobre as vantagens e desvantagens da miscigenação na construção de uma “civilização brasileira” e de um “caráter nacional”.

Formado em dos centros fundamentais na difusão das ideias científicas no Brasil da segunda metade do XIX – a Faculdade de Medicina da Bahia – o farmacêutico Rodolfo Teófilo trouxe para sua obra um olhar de desconfiança em relação à mestiçagem, vista por alguns cientistas como perigosa.

Em suas inquietações acadêmicas, os intelectuais brasileiros indagavam qual seria o futuro de um país miscigenado. A partir de 1870, as faculdades de medicina do Rio de Janeiro e de Salvador foram fortemente marcadas pelas ideias científicas advindas da Europa, apostando nos estudos raciais como caminho seguro para a compreensão das diferenças humanas, em seus aspectos biológicos e sociais. Segundo Jair de Souza Ramos e Marcos Chor Maio, em “comum com as doutrinas racialistas estrangeiras, os autores brasileiros acreditavam na desigualdade das raças, na inferioridade dos mestiços e na incapacidade dos povos de raça negra em alcançar a civilização sem a tutela ocidental”(RAMOS; MAIO, 2010, p. 38).

A *Medicina Legal* e a Antropologia Criminal são exemplos de áreas científicas desenvolvidas por essa época no Brasil, preocupadas em *classificar* os tipos humanos a partir das raças e da aparência física, tentando identificar os “criminosos potenciais” a partir da observação de suas características, como o formato do crânio, por exemplo.

Não por acaso, tais teorias deterministas ganhavam força no Brasil em um período em que a escravidão vivia sua crise final, com o aumento das ações de resistência de negros e negras, a ascensão política do abolicionismo e a publicação das leis do Ventre Livre e Sexagenários. Os lances finais do escravismo levavam as elites políticas, econômicas e intelectuais brasileiras a se perguntarem sobre o futuro dos negros após a abolição e impacto dos mesmos na sociedade brasileira. Nesse sentido, o tema miscigenação ganhava força na academia justamente no período em que Teófilo cursava Farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia, na segunda metade de 1870.

A absorção das ideias racistas europeias naquele período instituiu a Biologia enquanto ciência de explicação não só dos elementos naturais, mas também das desigualdades sociais. Segundo Lilia Schwarcz, a absorção do darwinismo social e de outras teorias racistas pelos meios científicos da época acabou por oferecer recursos para uma “naturalização das diferenças”:

[...] é apenas no século XIX, com as teorias das raças, que a apreensão das ‘diferenças’ transforma-se em projeto teórico de pretensão universal e globalizante. ‘Naturalizar as diferenças’ significou, nesse momento, o estabelecimento de correlações rígidas entre características físicas e atributos morais. Em meio a esse projeto grandioso, que pretendia retirar a diversidade humana do reino incerto da cultura para localizá-la na moradia segura da ciência determinista do século XIX, pouco espaço sobrava para o arbítrio do indivíduo. Da biologia surgiam os grandes modelos e a partir das leis da natureza é que se classificavam as diversidades (1993, pp. 64-65).

Em um país em que a escravidão negra chegava ao fim e levas de imigrantes europeus desembarcavam, encontrando um território marcado pela diversidade étnica, a miscigenação passou a ser alvo da preocupação de intelectuais e cientistas. Alguns, como o advogado Silvio Romero, de intensa atuação política entre fins do século XIX e início do XX, buscaram adaptar, de forma conservadora, as teses europeias que colocavam na miscigenação um atestado indelével de futuro fracassado para países como o Brasil. Romero via a miscigenação como positiva, por promover um processo de “embraquecimento” da população brasileira com o passar das décadas. Para tal autor, era inegável a superioridade dos brancos sobre negros e mestiços. Nesse sentido, o autor defendia a miscigenação como via política de branqueamento: garantia não só de uma futura melhoria genética da população brasileira, como afiançadora da constituição de uma sociedade pautada na ordem social. Segundo Thomas Skidmore, a fórmula proposta por Silvio Romero “para melhorar o Brasil consistia

em aumentar a imigração de alemães, que deveriam ser espalhados pelos Brasil, de modo a absorver a cultura brasileira aceitar a autoridade do governo nacional” (SKIDMORE, 2012, p. 100).

Já outros estudiosos brasileiros não compartilhavam do “otimismo” de Romero sobre um futuro de sucesso da miscigenação para o Brasil. A Faculdade de Medicina da Bahia – onde se formaram entre 1870 e 1880 intelectuais de renome, como o farmacêutico Rodolfo Teófilo e o médico legista Raimundo Nina Rodrigues - acabou representando o processo da mestiçagem de forma bem mais negativa. Segundo Pietra Diwan, os profissionais formados na Bahia liam a miscigenação como “impedimento para o desenvolvimento do país. A mistura proporcionava a loucura, a criminalidade e a doença” (DIWAN, 2013, p. 91).

Essa visão pessimista a respeito da mistura racial é explícita na obra de Teófilo. O fato dos dois coveiros serem representados como “mestiços” ou “cabras” de “cabelos crespos” não é fortuito. É possível perceber claramente aqui uma visão de Teófilo que projetava sobre os mestiços um laivo de inferioridade. Suas características físicas eram descritas como inferiores e refletiriam a moral e psicologia dos mesmos. Nesse sentido, os mestiços de *Violação* já surgem na narrativa como “criminosos”, afinal, eram presos, tirados das celas apenas para cumprir a tarefa abjeta de lidar com os corpos dos coléricos. Ao longo da trama, tais personagens vão sendo apresentadas de forma mais depreciativa e sua humanidade vai sendo embotada pelos “instintos animais”.

Na narrativa de *Violação*, o grau de “animalidade” dos mestiços responsáveis pelos sepultamentos dos coléricos de Maranguape parece atingir o ápice diante da ação nefasta do cólera, a ponto de praticarem “o mais nefando delito da bruteza humana”, nas palavras do narrador (TEÓFILO, 1979, p. 255). Mais uma vez, percebe-se a combinação de teses deterministas e racistas. Em sua construção narrativa, Teófilo afirma que o cenário instaurado pela epidemia fez com que os instintos os dominassem por completo, como podemos notar nas palavras do noivo, ao ver sua amada ser violada pelos presidiários mestiços, representados como “bestas”:

Eu não sabia, até então, quanto é capaz o instinto bestial; não avaliava a perversão do homem que se deixa dominar pela animalidade. A carne havia triunfado nas bestas humanas, à mercê das quais estava a virgindade dela e a paz de toda a minha vida. Eles tinham perdido a razão e com ela todos os escrúpulos de moral. Nem o espetáculo da morte e nem tampouco o receio da peste embotavam nos celerados os lúbricos desejos carnis! (TEÓFILO, 1979, p. 255).

Mas os efeitos embotadores da moral causada pelo ambiente epidêmico e pela cena de necrofilia não atingiram somente os mestiços. Mesmo em meio à revolta e impotência ante a horrenda cena, o noivo paralisado pelos efeitos do cólera, ao ver “os dois monstros, cada qual mais repelente pela sua moral, mais imundo pelo seu físico, mais asqueroso pelos seus vícios, indignos mesmo do amor de um cadáver”, cevarem-se “à farta da virgem morta”, se choca imensamente ao sentir em seu próprio corpo “frêmitos de sensualidade, ânsia de carne, que ainda não tinha de todo perecido”. Ou seja, o ambiente da epidemia, a fraqueza causada pela enfermidade e o ato de necrofilia perpetrado pelos mestiços sobre o corpo da jovem falecida não deixara de excitar o noivo.

Tal cena é utilizada por Teófilo para representar o que diz ser o triunfo da carne sobre o espírito, a redução do homem aos seus instintos mais animais. Nem mesmo o noivo, o herói romântico da narrativa, deixou de demonstrar instintos animais. Como essa personagem, acabou concluindo, com uma reflexão nitidamente naturalista: “A dissolução é a glorificação da matéria, o triunfo da animalidade; me convenceu o que vi e senti” (TEÓFILO, 1979, p. 255).

Considerações Finais

Ao longo deste artigo, procurei explicar como a obra *Violação* de Rodolfo Teófilo é uma fonte riquíssima para os estudiosos interessados em compreender as representações dos cientistas de fins do século XIX sobre o fenômeno do cólera, bem como a assimilação de correntes científicas de cunho racial, em ascensão nas instituições acadêmicas do período.

Como demonstra a historiografia dedicada à doença, as enfermidades devem ser analisadas como fenômenos que ultrapassam a esfera do *natural*, porque são vivenciadas a partir de diferentes contextos e espaços, sendo interpretadas socioculturalmente pelos sujeitos históricos, que encetam múltiplas representações e práticas na busca de dar sentido às mesmas: “Assim como a história, a doença, como fenômeno social, também é uma construção. Concorrem para a existência da doença diversos elementos científicos, sociais e políticos, temporal e espacialmente estudados” (NASCIMENTO; SILVEIRA, 2004, p. 13).

Destarte, a forma como Rodolfo Teófilo representou o cólera nas páginas de sua novela apresenta indícios dessa historicidade do adoecer, bem como da multiplicidade de idéias que embasaram a formação intelectual do autor e, no geral, da ciência brasileira na segunda metade do século XIX.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Francisco Xavier Paes. **Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Doutor Francisco Xavier Paes Barreto passou a administração da provincia ao segundo vice-presidente da mesma o Excellentissimo Senhor Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, em 9 de Abril de 1856.** Ceará: Typographia Cearense. Impresso por Joaquim d'Oliveira. 1856.

BELTRAO, Jane Felipe. A arte de curar dos profissionais de saúde popular em tempo de cólera: Grão-Pará do século XIX. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos. Vol. VI, set/2000, p. 833-866

BIER, Otto. **Microbiologia e imunologia.** 30ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994.

BOCCACCIO, Giovanni. **Decamerão.** São Paulo: Abril Cultural, 1971.

CAMUS, Albert. **A peste.** 17ª ed. Trad. Valerie Rumjanek Chaves. Rio de Janeiro: Record, 2007.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias para uso das famílias.** 6ª ed. Paris, Editores A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COLARES, Otacílio. Introdução crítica: fome e peste na ficção de Rodolfo Teófilo. In. TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome/Violação.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.

CZERESNIA, Dina. Do contágio à transmissão: uma mudança na estrutura perceptiva de apreensão da epidemia. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, vol. IV (I), mar-jun. 1997, p. 75-94.

DEFOE, Daniel. **Um diário do ano da peste.** Porto Alegre: Artes e ofícios, 2002.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada.** Tradução. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **Cólera: representações de uma angústia coletiva (A doença e o imaginário social no século XIX no Brasil).** Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. Epidemia: história epistemológica e cultural de um conceito. **Revista Política e Trabalho**. Nº 15, setembro/1999, p. 179-192.

DIWAN, Pietra. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2013.

FIGUEIREDO JUNIOR, José Bento da Cunha. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentíssimo senhor Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, por ocasião da instalação da mesma assembléa no dia 1º de outubro de 1862**. San’Luiz. Typ. de B. de Mattos – praça de Palácio, 3 A. 1863.

MACHADO, José Antonio. **Relatório com que o 4º. Vice-Presidente Commendador José Antonio Machado passou a administração da provincia ao Excellentissimo Senhor Doutor José Bento da Cunha Figueiredo Junior**. Em 5 de maio de 1862. Ceará: Typographia Cearense. 1862.

MANN, Thomas. **Morte em Veneza**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres da. A doença revelando a história: uma historiografia das doenças. In. NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (Orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 13-30.

NETO, Lira. **O poder e a peste**: a vida de Rodolfo Teófilo. 2ª. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

RAMOS, Jair de Souza; MAIO, Marcos Chor. Entre a Riqueza Natural, a pobreza humana e os imperativos da Civilização, inventa-se a investigação do povo brasileiro. In. MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Vemtura (Orgs.). **Raça como Questão**: história, ciência e identidade no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010, p. 25-49.

ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. Tradução; Marcos Fernandes da Silva Moreira. São Paulo: Hucitec; Editora da Unesp; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva, 1994.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. Representações sociais da peste e da gripe espanhola. In. NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (Orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 126-144.

SCHWARCZ, Lílian Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora/AIDS e suas metáforas**. Tradução: Rubens Figueiredo/Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOURNIA, Jean-Charles & RUFFIE, Jacques. **As epidemias na história do homem**. Tradução: Joel Góes. Lisboa: Edições 70, 1986.

STUDART, Dr. Barão de. **Climatologia, epidemias e endemias do Ceará**. Edição fac-similar (1909). Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.

TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome/Violação**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.

_____. **Varíola e vacinação no Ceará**. Edição fac-similar (1904). Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.

WITTER, Nikelen Acosta. **Males e Epidemias**: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX). Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, 2007.